



CIENTÍFICA
MÉDICA HOSPITALAR LTDA.

PMAG
Fis. 2383
[Signature]

Alto das Garças (MT), 23 de agosto de 2021.

ILMA. SRA.

ALESSANDRA DA SILVA DIAS

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO DAS GARÇAS

ESTADO DE MATO GROSSO

NESTA

Ref.: Pregão Eletrônico nº 44/2021.

Prezada Senhora:

CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.847.837/0001-10, situada na AV. Anápolis, Qd. 29 – A, Lt. 06, S/N, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia – GO, onde recebe as comunicações de estilo, via de seu representante vem à digna presença de V.Sa. para com o devido respeito interpor tempestivamente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão tomada junto a negociação do **Item 227** do edital, requerendo à V.Sa. que se digne a modificar esta decisão, ou que assim não entendendo que o presente recurso à Autoridade Superior, que certamente lhe dará provimento, fazendo em conformidade com as disposições do art. 109, I, “a” da Lei 8.666/93 e pelos seguintes fatos e fundamentos:

I – PRELIMINARMENTE – DO DIREITO DE RECORRER E DO PRAZO

I.I - Do direito de recorrer

FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

1

Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7

[Signatures]



CIENTÍFICA
MÉDICA HOSPITALAR LTDA.

PMAC
Pg. 238
J

O interesse recursal da recorrente surge de decisão lesiva aos seus interesses, e aos interesses de toda a sociedade, como será devidamente explanado nos fatos desta, por isso, necessária se faz a interposição de recurso a fim de que o conteúdo da decisão seja reexaminado.

Este direito é assegurado pela Constituição Federal, em seu art. 5º, inc. LV, que estabelece:

“Art. 5º (...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

Esse preceito constitucional insere no nosso ordenamento jurídico o princípio do devido processo legal, assegurando o contraditório e a ampla defesa nos recursos, sejam eles judiciais ou administrativos.

Sobre o dispositivo, assevera Diogenes Gasparini:

*“Aí está **garantido o direito de recorrer**, como um dos Direitos e Garantias Fundamentais abrigados no Título II da Lei Fundamental. Ao prever o direito de recorrer com tal amplitude e nível, o constituinte*

FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

2

Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7



de 1988 prestigiou uma natural ansiedade humana, pois ninguém, em princípio, se conforma com um juízo ou parecer único e procura recorrer a outros julgamentos para mudar o que não lhe interessa. Ademais, o erro é próprio do homem e essa falibilidade natural tem sido a razão criadora dos recursos judiciais e administrativos. Nesse inciso, pode-se afirmar, está o fundamento do princípio da recorribilidade.”¹ (Grifamos.)

Assim, verifica-se que a todos está assegurado o direito de recorrer, não podendo tal direito sofrer nenhum cerceamento, quer em âmbito administrativo, quer em âmbito judicial.

I. II – DO PRAZO

Inicialmente cumpre esclarecer que o prazo final para oposição de recurso encerrar-se-á em 23/08/2021 (segunda-feira), considerando as disposições do art. 23 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro 1999, que dispõe: “Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo”.

¹ GASPARINI, Diogenes. Recursos na licitação e no pregão. *Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC*, Curitiba: Zênite, n. 124, p. 501-513, jun. 2004.



CIENTÍFICA
MÉDICA HOSPITALAR LTDA.

PMAG
Pte. 2386
J

Assim, considerando a aplicação do CPC que determina a exclusão do dia do início e a inclusão do dia final, tem-se que o prazo se iniciou em 19/08/2021 (quinta-feira), **findando-se em 23/08/2021 (segunda-feira)**, comprovando-se daí, a tempestividade do presente recurso.

II - DOS FATOS

A recorrente é participante da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 44/2021, e no decorrer do certame registrou proposta de preço para o **ITEM 227 - LACTULOSE, 667 MG/ML**, todavia interpõe o presente recurso administrativo em face classificação da proposta da licitante vencedora *COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.*, apresentando a seguir as justificativas de fato e de direito.

Quanto a análise do referido item do edital, é necessário ressaltar o objeto do presente certame:

1.1 O Município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, por meio de seu (ua) Pregoeiro (a), torna público a abertura do Processo Licitatório, na modalidade de **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E APLICADORES DE CREME A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Assim, de acordo com o objeto do certame em destaque, não há qualquer dúvida, de que os produtos a serem ofertados no presente certame deverão ser todos **medicamentos**, devidamente registrado perante a ANVISA.

FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

4

Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7



CIENTÍFICA
MÉDICA HOSPITALAR LTDA.

PMAG
Pis. 2387
[Signature]

Durante a fase de lances, o detentor da melhor oferta para este item foi a licitante *COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.* Todavia, a recorrente alertou através de sua intenção de recurso, que a referida licitante vencedora do item, **apresentou o produto da marca NATUBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA.** que trata-se de **alimento e não medicamento**, conforme exigido pelo edital, comprovando tal afirmação através do registro do produto perante a Anvisa: (Doc. 01)

24/06/2021		Consultas - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	
Consultas / Alimentos / Alimentos			
Detalhe do Produto: LACTULOSE LÍQUIDA SABOR ARTIFICIAL DE AMEIXA COLORIDA ARTIFICIALMENTE			
Nome da Empresa	NATUBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA		
CNPJ	15.652.520/0001-56		
Nome do Produto	LACTULOSE LÍQUIDA SABOR ARTIFICIAL DE AMEIXA COLORIDA ARTIFICIALMENTE		
Categoria	• ALIMENTOS C/ALEGAÇÕES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E OU DE SAÚDE		
Registro	671990002		
Processo	25351.061206/2014-95		
Data de Publicação do Registro Inicial	10/11/2014		
Vencimento do Registro	11/2019		

FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

5

Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7



CIENTÍFICA
MÉDICA HOSPITALAR LTDA.

PMAC
Pg. 238
Ass. J

Desta forma, não resta a menor dúvida que o supracitado alimento ofertado não atende a descrição do objeto da presente licitação, **pois trata-se de suplemento alimentar**, e não medicamento, conforme exigido pelo edital!

E nobre pregoeira, importante chamar a atenção, que as demais marcas apresentadas para este mesmo item também são consideradas pelo Ministério da Saúde como **suplemento alimentar**, destinados à indivíduos saudáveis, não atendendo ao objeto desse edital, **que visa atender as necessidades das unidades hospitalares para tratamento de pacientes com algum tipo de enfermidade através de medicamento.**

Com base exposto acima, cabe informar que a lactulose registrada na categoria MEDICAMENTO não deve ser comparada e/ou substituída pela lactulose regularizada na categoria de SUPLEMENTO ALIMENTAR.

Diante de todo o exposto, considerando que a marca aceita e classificada está registrada no Ministério da Saúde como **suplemento alimentar**, infringindo o objeto de referência nesse edital não atendendo de forma satisfatória a essa referida instituição, se interpõe o presente recurso contra a classificação da proposta da respectiva licitante vencedora para o **Item** em questão.

Logo, resta evidente que a marca e produto ofertados pela empresa vencedora não atende ao descritivo técnico do edital, razão pela qual a proposta desta não deveria ter sido classificada nessa licitação.

Ora, a recorrente apresentou para o referido item, medicamento da marca ABBOTT, e os **demais licitantes** apresentaram marcas que, **não atendem aos requisitos do**

FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

6

Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7

Jm
J
J



edital, pois são registrados perante Anvisa, na Classe Terapêutica de ALIMENTOS, infringido a exigência do objeto editalício, quando apresentaram propostas para os itens com produto não registrado na Anvisa, na categoria de MEDICAMENTOS.

Pelo exposto, comprova-se indevida e arbitrária a classificação da proposta da licitante vencedora do **Item em questão**, afrontando assim ao Interesse Público, pois o julgamento destes não obedeceu aos princípios da vinculação ao edital e da legalidade, devendo as decisões quanto a adjudicação destes itens serem revistas.

III - DO DIREITO

III.1 - Medicamento x Alimento

Ora, Por definição estabelecida pela Resolução - RDC nº 301/2019, um Medicamento é um “produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico (grifo nosso)”, por outro lado um Alimento é “toda substância ou mistura de substâncias, no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinadas a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento”.

Assim, a recorrente apresenta o presente recurso administrativo, pois:

- a) O Edital visa adquirir MEDICAMENTOS conforme a justificativa apresentada em seu Item 1 do Objeto;

FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

7

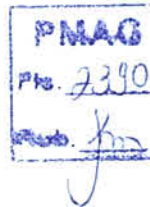
Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7



CIENTÍFICA
MÉDICA HOSPITALAR LTDA.



- b) A licitante vencedora deste item ofertou medicamento que se encontra registrado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, na categoria de “ALIMENTOS C/ ALEGAÇÕES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E OU DE SAÚDE”;

Quanto a **alínea “a”**, pelo fato de a licitante vencedora ter ofertado alimento, quando o edital exige medicamento, essa simples característica do objeto licitado já comprova que o produto ofertado está em desacordo com o edital, sendo a classificação da proposta desta empresa totalmente contrária ao **princípio da vinculação ao edital**, devendo esta empresa ser inabilitada para este item.

Com relação a **alínea “b”**, tem-se que o produto ofertado pela licitante vencedora **é na verdade alimento, e não medicamento**, devendo para tanto serem analisados:

- Decreto-Lei nº 986/1969, que institui normas básicas sobre alimentos.
- RDC 243/2018, que dispõe os requisitos necessários dos suplementos alimentares;

Desta forma, o produto em questão, LACTULOSE - 667 MG/ML, XAROPE COM 120 ML pode ser registrado nas categorias ALIMENTO ou MEDICAMENTO, no entanto, conforme o descritivo do objeto da presente licitação, é evidente, que a Lactulose registrada na categoria de ALIMENTO, **não deve ser comparada com a Lactulose registrada na categoria MEDICAMENTO**, pelas seguintes razões:

FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

8

Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7



O Decreto-Lei nº 986/1969 traz a definição de **alimento** em seu Art. 2º, inciso I:

“Art 2º - Para os efeitos deste Decreto-lei considera-se:

I - Alimento: toda substância ou mistura de substâncias, no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinadas a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento;”

Atualmente, a classe terapêutica da Lactulose “alimento” tem a seguinte definição na ANVISA: “ALIMENTOS C/ ALEGAÇÕES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E OU DE SAÚDE”, no entanto, está em transição de categoria e passará a ser considerada como “suplemento alimentar”, conforme cartilha de Perguntas e Resposta da ANVISA, página 15²:

“2. Quais categorias de alimentos foram incorporadas aos suplementos alimentares?”

Os suplementos alimentares reuniram em uma única categoria a maior parte dos produtos que estavam enquadrados em seis categorias distintas de alimentos e uma de medicamentos: (a) suplementos de vitaminas e minerais; (b) substâncias bioativas e probióticos; (c) novos

² <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/2810640/Suplementos+Alimentares/a6fd2839-6d80-496a-bccb-8b2122eff409?version=1.1>



alimentos; (d) alimentos com alegações de propriedades funcionais; (e) suplementos para atletas; (f) complementos alimentares para gestantes e nutrízes; e (f) medicamentos específicos isentos de prescrição.” (Destacamos)

Assim, segue a definição de suplemento alimentar, conforme a RDC 243/2018, Art. 3, inciso VII:

“Art. 3º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

VII - suplemento alimentar: produto para ingestão oral, apresentado em formas farmacêuticas, destinado a suplementar a alimentação de indivíduos saudáveis com nutrientes, substâncias bioativas, enzimas ou probióticos, isolados ou combinados.”

E importante trazer a baila o disposto no Art. 17, inciso I, da referida RDC:

“Art. 17. Sem prejuízo dos requisitos dispostos no Decreto-Lei 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos e dos requisitos dispostos na Resolução - RDC nº 259, de 2002, a rotulagem dos suplementos alimentares não pode apresentar palavras, marcas, imagens ou qualquer outra representação gráfica, inclusive em outros idiomas, que afirmem, sugiram ou impliquem, expressa ou implicitamente, que:

FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

10

Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

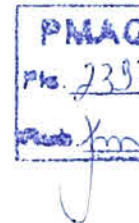
e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7

Ass. J



CIENTÍFICA
MÉDICA HOSPITALAR LTDA.



I - o produto possui **finalidade medicamentosa** ou terapêutica;"
(Destacamos)

Nesse sentido, permitindo que para o item seja aceito produto regulamentado perante ANVISA na categoria de alimentos, esta Administração vai contra o objeto e justificativa da aquisição, uma vez que, a Lactulose registrada na categoria de alimentos, não possui finalidades terapêuticas, **tão pouco, é submetida a Estudos de Segurança e Eficácia, podendo inclusive causar riscos à saúde dos pacientes**, conforme explicita no supracitado artigo.

III.II - Princípio da Vinculação ao Edital

Este princípio pode ser verificado no art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93:

“Art. 41 - A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

O edital, neste caso, torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório.

O certame licitatório é pautado por normas que o regulam e não devem ser ignoradas em momento algum. O edital estabelece os requisitos mínimos e estes devem ser cumpridos pelos licitantes e pela Administração Pública, conforme o disposto pelo Art. 44 da Lei Federal 8.666/93:

FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

11

Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7



CIENTÍFICA
MÉDICA HOSPITALAR LTDA.

PRM/MS
Pis. 2384
Aut. Jm

“Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º - É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes. ”

Assim, todos os critérios e todas as exigências deverão constar de modo expresso e exaustivo no corpo do edital, uma vez que esses asseguram a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e igualdade de participação dos interessados, de acordo com a redação do Art. 44 da Lei Federal 8.666/93:

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

IV - Verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis”.

A Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, à **especificação**

FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

12

Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

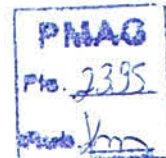
e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7

Jm
Jm
Jm



CIENTÍFICA
MÉDICA HOSPITALAR LTDA.



do produto, ao julgamento e ao contrato. Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao contrato.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório constitui um dos vetores principiológicos a ser observado no desenvolvimento das licitações e nesse compasso, traz-se à baila referência feita ao mencionado princípio pela doutrina:

"Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu³".

A vinculação ao instrumento convocatório cumpre triplo objetivo:

1. De um lado, aferra a Administração ao Direito, na medida e em que a sujeita ao respeito de seus próprios atos;

³ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 256-257.



2. De outro, impede a criação de etapas "*ad hoc*" ou a eleição, depois de iniciado o procedimento, de critérios de classificação, habilitação ou julgamento destinados a privilegiar licitantes;
3. Por fim, evita surpresas para estes, que podem formular suas propostas com inteira ciência do que deles pretende o licitador.

O edital cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos, sendo que, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento, pois só edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos.

Quando define o "objeto da licitação", estabelece concomitantemente os limites para qualquer discriminação. Assim, o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando:

- a) Estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação;
- b) Prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração;
- c) Impõe requisitos desproporcionados com as necessidades da futura contratação;
- d) Adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais.

FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

14

Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7

Jm



CIENTÍFICA
MÉDICA HOSPITALAR LTDA.

PNAG
Fls. 2397
Km

Cumpre salientar, à guisa de conclusão, que é obrigação da Administração Pública, no proceder do procedimento licitatório, decidir as questões de forma objetiva, não lhe sendo facultado qualquer subjetivismo, conforme dispõe o Art. 44 da Lei nº 8.666/93, abaixo transcrito:

“Art. 44. No julgamento das propostas, a comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou no convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta lei.”

Desta forma, é evidente que se o edital em seu objeto informa que as compras a serem realizadas serão de medicamentos, é obvio que os demais produtos que não forem registrados perante a Anvisa como medicamentos não deverão ser habilitados para o certame, devendo ser revista a decisão habilitatória quanto a licitante vencedora do Item em destaque!

Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação, pois viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia, sendo que, o descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública⁴.

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 7. ed. São Paulo: Dialética, p. 417.

FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

15

Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7

[Handwritten signatures]



É preciso levar em consideração também qual será a dotação orçamentária disponível à época da contratação, tendo em vista que a maioria das verbas tem destinação previamente fixada, e o artigo 10, caput e inc. XI da Lei nº 8.429/92 tipifica como crime liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.

III.III - Princípio da legalidade

Tem-se então que o edital não está em consonância com a Lei, fato inadmissível, pois as licitações regem-se pelo princípio da legalidade, e assim, em caso de sua inobservância a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-o vulnerável à sua desconstituição por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente.

É o que leciona Vladimir da Rocha França, in⁵:

"O processo administrativo será válido quando todas as suas fases se transcorreram de acordo com os cânones de juridicidade fixados pelo ordenamento jurídico. Existindo algum vício de validade, o processo fica passível de invalidação judicial ou administrativa. Vide arts. 5º, inc. XXXV, e 74, da Constituição Federal."

⁵ FRANÇA, Vladimir da Rocha. Invalidação judicial da discricionariedade administrativa no regime jurídico-administrativo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

[Handwritten signatures]



CIENTÍFICA
MÉDICA HOSPITALAR LTDA.

PNAG
Ph. 2398
[Signature]

Não é outra a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.”⁶

Por conseguinte, havendo a quebra de princípio jurídico no desenvolvimento de uma licitação, ficam decisivamente comprometidos os valores que se quer proteger com o preceito esculpido no art. 37, inc. XXI, da Lei Maior.

Cumprе ressaltar que o princípio da legalidade determina que a atividade administrativa deverá se subordinar aos parâmetros de ação fixados pela lei. Enquanto o

⁶ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 772.

FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

17

Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7

[Signatures]



particular tem a liberdade de fazer tudo o que a lei não proíbe, a Administração Pública somente tem a permissão de fazer aquilo que a lei lhe autoriza.⁷

Daí a atualidade do art. 2º, parágrafo único, inc. I, da Lei Federal nº 9.784/99, quando determina que o gestor público deve atuar conforme a lei e o direito.⁸

Nas licitações, a Administração Pública deverá observar fielmente a lei, sendo-lhe vedado instituir procedimentos ou critérios de apreciação e julgamento que não sejam juridicamente permitidos para as licitações. Transcreva-se aqui o enunciado do art. 4º, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93:

“Art. 4º Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o artigo 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta Lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.”

⁷ Cf. MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 26. ed. atual. AZEVEDO, Eurico de Andrade. et al. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 82-3.

⁸ Cf. MOREIRA, Egon Bockmann. O processo de licitação, a lei 9.784/1999 e o princípio da legalidade. *Revista Trimestral de Direito Público*, n. 37, p. 107-17, 2002.



Veja-se, a propósito, o que leciona o nobre Prof. Diogo de Figueiredo Moreira Neto, em sua obra ⁹ leciona que **“são inválidos os atos que, não observam rigorosamente a forma prevista na lei e no edital, ou deem guarida a circunstância impertinente e irrelevante para o específico objeto do contrato,”** pois contrariam aos princípios básicos norteadores das licitações públicas esculpido pelo artigo 3º da Lei 8.666/93 **os quais visam a obtenção do menor preço**, e asseguram a garantia dos princípios constitucionais da **legalidade**, da moralidade, e da vinculação ao instrumento convocatório, bem como do julgamento objetivo.

Como se vê, visualiza-se o direito do licitante à efetiva subordinação do processo de licitação à lei, bem como o direito de todo e qualquer cidadão de fiscalizar a juridicidade de seu desenvolvimento pela Administração Pública. São decorrências naturais da ideia de legalidade.

Também não cabe à autoridade administrativa ignorar os decretos regulamentares e demais atos normativos infralegais que disciplinam a licitação que visa empreender, devendo respeitar o **Decreto-Lei nº 986/1969** e a **RDC 243/2018**, que dispõe os requisitos necessários dos suplementos alimentares, que institui normas básicas sobre alimentos. Se houve redução no espaço de liberdade intelectual e decisória que a lei originalmente lhe conferiu, não resta alternativa para o gestor público que se conduzir dentro dos limites que lhe foram acrescidos.

⁹ Licitações & Contratos Administrativos, Ed. Esplanada, ed. 1993, pág. 48
FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706



CIENTÍFICA
MÉDICA HOSPITALAR LTDA.

PMAG
Pto. 2402
Assin. Km

IV - DOS PEDIDOS

ISTO POSTO, considerando os princípios básicos que norteiam o procedimento licitatório, REQUER que V.Sa. se digne a receber o presente em seu efeito suspensivo, determinando seja analisado, para no mérito dar provimento ao presente recurso.

A recorrente apresentou para o **Item em destaque**, medicamento da marca ABBOTT, e os demais licitantes apresentaram marcas que, **não atendem aos requisitos do edital, pois são registrados como ALIMENTO**, infringindo a exigência do objeto editalício, quando apresentaram propostas para o item com produto não registrado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, na categoria de **MEDICAMENTOS**, *devendo as propostas destes serem desclassificadas.*

Por fim, conseqüentemente, a recorrente requer que **o referido Item** lhe seja adjudicado e homologado, por ter sido a única licitante que atendeu ao objeto do certame, **pois ofertou produto registrado como medicamento.**

Termos em que, pede deferimento.

Alto das Garças (MT), 23 de agosto de 2021.

SIDNEY DE
CASTRO
PEREIRA:38333783
104

Assinado de forma digital
por SIDNEY DE CASTRO
PEREIRA:38333783104
Dados: 2021.08.23
08:23:08 -03'00'

CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA.

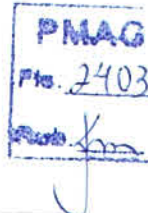
FONE: (62) 3088-9700/ FAX: (62) 3088-9706

20

Avenida Anápolis, S/N Quadra 29-A Lote 06, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74911-360

e-mail: contato@cientificahospitalar.com.br

CNPJ: 07.847.837/0001-10 INSC. ESTADUAL: 10.399.060-7



Consultas / Alimentos / Alimentos

Detalhe do Produto: LACTULOSE LÍQUIDA SABOR ARTIFICIAL DE AMEIXA COLORIDA ARTIFICIALMENTE

Nome da Empresa	NATUBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA
CNPJ	15.652.520/0001-56
Nome do Produto	LACTULOSE LÍQUIDA SABOR ARTIFICIAL DE AMEIXA COLORIDA ARTIFICIALMENTE
Categoria	• ALIMENTOS C/ALEGAÇÕES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E OU DE SAUDE
Registro	671990002
Processo	25351.061206/2014-95
Data de Publicação do Registro Inicial	10/11/2014
Vencimento do Registro	11/2019
Alegações Funcionais	[sem dados cadastrados]
Marca do Produto	NATUBRAS NATULAC

Esconder Todas

Nº de Apresentação	Registro	Prazo de Validade
1	6719900020014 ATIVA	02 Anos
Forma Física	*****	
Embalagem	• Primária - PLASTICA	
Local de Fabricação	Fabricantes Nacionais [sem dados cadastrados] Fabricantes Internacionais [sem dados cadastrados]	
Via de Administração	[sem dados cadastrados]	
Grupo Populacional Indicado	[sem dados cadastrados]	
Prazo de Validade	02 Anos	



Informação de Rotulagem	[sem dados cadastrados]
Tabela Nutricional	[sem dados cadastrados]
Lista de Ingredientes	[sem dados cadastrados]

[Exportar para PDF](#) [Voltar](#)



PARECER DE JULGAMENTO Nº 01/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 091/2021
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 044/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT

Assunto: Parecer de Recurso Administrativo.

I – Das Preliminares:

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.847.837/0001-10, aos 23 dias de agosto de 2021, solicitando a desclassificação das empresas que apresentaram proposta para o Item 227 do Certame, uma vez que, ao invés de cotarem medicamento para o referido item, indicaram em sua descrição, marcas que representam suplemento ou alimento, em desacordo com os termos do Instrumento Convocatório.

II – Da Tempestividade:

Verifica-se a tempestividade do recurso e o atendimento aos pressupostos de admissibilidade, conforme termos do Artigo 4, inciso XVIII, da 10.520/2002, e no item 10.1 do Edital, prosseguindo-se na análise das razões, para, ao final, decidir motivadamente a respeito.

III – Dos Fatos:

Trata-se de recurso interposto pela empresa CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, através de seu representante legal, contra ato decisório do Pregoeiro que declarou vencedora a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, para o Item 227 (LACTULOSE, 667 MG/ML) do Certame.

Da análise detida das documentações apresentadas, verificou-se que a empresa Classificada a foi declarada vencedora para o item em tela por ter cumprido com todas as exigências editalícias, em conformidade às regras consubstanciadas no instrumento convocatório, conforme Ata de Julgamento.

IV – Das Alegações do Recurso:

Prefeitura Municipal de Alto Garças
Rua Dom Aquino nº 346 Centro - Alto Garças / MT
CEP: 78.770-000
CNPJ: 03.133.097/0001-07
Fone: (66) 3471-1155



Jm
feci
sl



PREFEITURA
ALTO GARÇAS - MT
TEMPO DE CRESCER
Gestão 2021-2024



Pretende a empresa **CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA**, em suma, que seja desclassificada a empresa vencedora do Item 227 do presente Processo Licitatório, bem como toda e qualquer concorrente que tenha cotado na descrição do item as marcas classificadas como suplementos, pois afirma que as tais pertencem à categoria de suplementos e alimentos, estando portanto, divergentes ao solicitado no Edital.

Inicialmente, alega a recorrente que o objetivo do Ato Convocatório está delineado na cláusula 1.1, da seguinte forma:

"1 – Do Objeto

1.1 O Município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, por meio de seu (ua) Pregoeiro (a), torna público a abertura do Processo Licitatório, na modalidade de REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E APLICADORES DE CREME A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Em seguida, a recorrente afirma que o produto cotado pela classificada não se enquadra na categoria de medicamentos junto a Anvisa e que não consta junto a Tabela CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) para consulta:

Nesse sentido, permitindo que para o item seja aceito produto regulamentado perante ANVISA na categoria de alimentos, esta Administração vai contra o objeto e justificativa da aquisição, uma vez que, a Lactulose registrada na categoria de alimentos, não possui finalidades terapêuticas, tão pouco, é submetida a Estudos de Segurança e Eficácia, podendo inclusive causar riscos à saúde dos pacientes, conforme explicita no supracitado artigo.

A mais disso, afirma que a proposta apresentada pela Recorrente, está de acordo e atende ao Edital, pois é um medicamento registrado na Anvisa e, apresentou uma lista de busca no site da Anvisa dos Laboratórios (detentores do registro) que possuem a Lactulose registrada na categoria de medicamentos.

V – Da Análise e Julgamento:

De início, importa ressaltar a estrita observância às regras estabelecidas no processo



[Handwritten signatures]



PREFEITURA
ALTO GARÇAS - MT
TEMPO DE CRESCER
Gestão 2021-2024

PMA
Pto. 240
R. Jm

licitatório e em cada procedimento do certame por esta Comissão. A Lei 8.666/93, que regulamenta as licitações, estabelece:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Com relação ao procedimento formal adotado pelo Pregoeiro, é conclusivo Hely Lopes Meirelles:

“Procedimento formal significa que a licitação está vinculada às prescrições legais que a regem em todos os seus atos e fases. Não só a lei, mas o regulamento, as instruções complementares e o edital pautam o procedimento da licitação, vinculando a Administração e os licitantes a todas as exigências, desde a convocação dos interessados até a homologação do julgamento”.

Da análise das informações e documentos acostados aos autos, extrai-se, resumidamente, que a proposta apresentada pela licitantes **a exceção do recorrente**, apresenta o Laboratórios, cujo Registro na Anvisa do qual extrai-se como Classe Terapêutica “ALIMENTO C/ALEGAÇÕES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E OU DE SAUDE”.

Ato contínuo à análise preliminar, o Pregoeiro informa que, o recurso apresentado foi encaminhado à farmaceutica da secretaria de saude para análise técnica dos fatos.

Convém ressaltar que o Edital faz lei entre as partes, fazendo com que a Administração esteja adstrita a ele, garantindo o cumprimento dos princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e segurança jurídica no processo.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelece o artigo 41 da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*: “Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

Nesse sentido, extrai-se a seguinte transcrição do instrumento convocatório:

“Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como as que



fou
Jm



apresentem omissões ou irregularidades insanáveis”.

Assim, considerando a análise dos documentos anexados aos autos e em estrita observância à Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais legislações aplicáveis ao caso, bem como, diante da Súmula 473 do STF que estabelece “A Administração pode anular seus próprios atos, quando estes eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”, e a Súmula 346 do STF que dispõe “A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos”, o Pregoeiro **decide ANULAR a decisão que declarou vencedora**, para o item 227, a empresa **COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**, bem como, **decide DESCLASSIFICAR** as empresas **COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**, **DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI ME**, **TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MECIDO HOSPITALAR EIRELI**, **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**, **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, **FORCE FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, **EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, **PRO-REMEDIOS DIST DE PROD FARM E COSM EIRELI – ME**, que cotaram **marcas** pertencerem a categoria de suplementos e alimentos, estando em divergência ao objeto do presente Processo Licitatório.

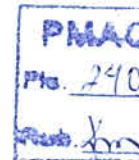
VI– Da Decisão:

Ante o exposto, pelo respeito eminente aos princípios da legalidade, da competitividade e da eficiência, decide-se **CONHECER O RECURSO INTERPOSTO** pela empresa **CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA**, para no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO**, desclassificando a empresas **COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**, **DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI ME**, **TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MECIDO HOSPITALAR EIRELI**, **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**, **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, **FORCE FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, **EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, **PRO-REMEDIOS DIST DE PROD FARM E COSM EIRELI – ME**, conforme as razões aduzidas, bem como, as demais licitantes que apresentaram marca que pertence à categoria de suplementos e/ou alimentos.





PREFEITURA
ALTO GARÇAS - MT
TEMPO DE CRESCER
Gestão 2021-2024



Alto Garças/MT, 03 de setembro de 2021.

Karinne Maria dos Santos Mota
Karinne Maria dos Santos Mota
Pregoeira Substituta

Equipe de Apoio:

Anne Caroline A. Freier Girardello
Anne Caroline A. Freier Girardello
Membro

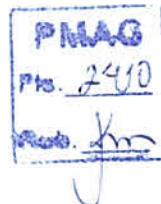
Jociane Maria Nogueira
Jociane Maria Nogueira
Membro

[Handwritten signature]





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS - MT**
TEMPO DE CRESCER
Gestão 2021-2024



DECISÃO ADMINISTRATIVA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 091/2021
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 044/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT**

O Prefeito Municipal de Alto Garças/MT, Srº. Claudinei Singolano, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, principalmente àqueles participantes do Pregão Eletrônico N.º 044/2021, cujo objeto é a “ **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E APLICADORES DE CREME A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**”, através de ampla publicidade da presente DECISÃO ADMINISTRATIVA que:

CONSIDERANDO o, Pregão Eletrônico N.º 044/2021;

CONSIDERANDO a impugnação apresentada pela empresa **CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA**, na data de 23/08/2021;

CONSIDERANDO o Parecer Julgamento N.º 01/2021, emitido pela da Pregoeira e equipe de pregão deste Município datado de 03/09/2021 ;

CONSIDERANDO o Parecer de julgamento N.º 01/2021, da Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT;

DECIDE:

1. DAR PROVIMENTO ao recurso apresentada pela empresa **CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA**, desclassificando a empresas **COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**, **DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI ME**, **TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MECIDO HOSPITALAR EIRELI**, **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**, **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, **FORCE FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, **EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, **PRO-REMEDIOS DIST DE PROD FARM E COSM EIRELI – ME**, conforme as razões aduzidas, bem como, as demais licitantes que apresentaram marca que pertence à categoria de suplementos e/ou alimentos;
2. RATIFICAR o Parecer de julgamento N.º 01/2021, da Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT, datado de 03 de setembro de 2021;
3. DETERMINAR a publicação da presente Decisão Administrativa;
4. COMUNICAR aos interessados esta decisão.

Registre-se;
Publique-se.



Handwritten signature



PREFEITURA
ALTO GARÇAS - MT
TEMPO DE CRESCER
Gestão 2021-2024



Alto Garças/MT, 03 de setembro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO
Prefeita Municipal de Alto Garças/MT

CLAUDINEI Assinado de forma
SINGOLAN digital por
O:0513583 CLAUDINEI
9801 SINGOLANO:05135
839801
Dados: 2021.09.03
15:27:54 -04'00'

Handwritten signature



Handwritten signature